

Tradução do russo e edição por CN, 11.11.2015

(original em: <http://www.cccp-kpss.narod.ru/drugie/1997/istipr.htm>
e <http://www.cccp-kpss.narod.ru/drugie/1997/socacol.htm>)

Duas intervenções nas mesas redondas na Duma do Estado da Federação Russa

I

A verdadeira causa da situação de pobreza dos trabalhadores é a ocupação de facto do país e a sua colonização¹

Tatiana Khabarova

Outubro de 1997

Foram-nos aqui descritos fenómenos verdadeiramente terríveis, mas para se lutar contra eles é preciso compreender as suas causas e essência. Infelizmente, exactamente sobre isso, isto é, sobre o principal, hoje não ouvimos nada minimamente convincente.

A causa do que está a acontecer no país é a derrota na Terceira Guerra Mundial, a ocupação de facto do seu território e a passagem coerciva de toda a sua actividade para um funcionamento de tipo colonial.

Agimos numa situação em que o povo não compreende isto em absoluto, porque não lhe é explicada a verdade com a necessária clareza e persistência. O conhecimento do verdadeiro estado de coisas existe apenas nas «*cúpulas*» do movimento de protesto – e mesmo aí de longe nem todos o possuem, como ficou claramente demonstrado na presente Mesa Redonda.

¹ Intervenção na mesa redonda «*A Crise do Poder e a Crise da Nação*», realizada na Assembleia Federal da Duma do Estado da Federação Russa, Moscovo, 6 de Abril de 1998. Texto publicado no jornal *Za SSSR*, n.º 11 (48) de 1998.

Nestas condições, qualquer iniciativa que empreendêssemos, nomeadamente levantarmos a questão do «*impeachment*»² ou dirigirmo-nos às organizações internacionais, etc., teria como tarefa imediata arrancar do estado de inconsciência política, «*sacudir*» e voltar a juntar a nossa gente num certo todo político. Deste ponto de vista, deve-se de momento valorizar todos os esforços neste sentido, sem ser na base do seu putativo resultado nominal.

No ano passado, o Comité Executivo do Congresso dos Cidadãos da URSS dirigiu-se à ONU exigindo a nomeação de uma comissão plenipotenciária competente para a investigação do crime de genocídio que está a ser cometido no território da URSS, à luz da Convenção Internacional de 9 de Dezembro de 1948.³ Exigimos igualmente uma investigação oficial do papel do Fundo Monetário Internacional no desencadeamento do genocídio no território da URSS, a declaração do FMI como organização criminosa, a cessação incondicional da sua actividade criminosa e a responsabilização das personalidades directamente implicadas na criação do mecanismo de eliminação da população civil pacífica no território do nosso país.

Este documento está publicado no jornal *Za SSSR*, n.º 10, do ano passado, editado sob a égide de um dos comités da Duma. Na mesma altura difundimos na Duma do Estado um apelo aos deputados intitulado «*Parar o Genocídio na Rússia*».

No período das eleições presidenciais de 1996, propusemos a G.A. Ziugánov a inclusão no seu programa de um ponto sobre o fim imediato da ingerência do Fundo Monetário Internacional nos assuntos internos do país, a suspensão do cumprimento do programa de estabilização do FMI pelo governo russo (programa que continua a guiar a sua acção até ao dia de hoje e, pelos vistos, assim continuará no futuro), o regresso do rublo ao padrão ouro, abandonando a indexação ao dólar, etc. Propusemos igualmente a abertura de um processo-crime sobre a circunstância totalmente injustificada de se ter reduzido o nível de rendimentos a uma enorme parte da população russa.

Congratular-nos-íamos se uma nova estrutura, dispondo de possibilidades materiais e organizativas incomparavelmente mais amplas do que as nossas, tencionasse ocupar-se a fundo destas questões.

Quero chamar a atenção dos promotores do debate de hoje para alguns escolhos na formulação da questão do genocídio.

A convenção de 1948 toma como base para a definição de genocídio o carácter nacional, étnico ou racial. É necessário identificar o grupo contra o qual é cometido genocídio. Se se falar da população da Federação Russa no seu conjunto, é pouco provável que resulte alguma coisa, uma vez que existem factos opostos de aumento do bem-estar material. A questão deve ser colocada como o extermínio deliberado do **povo soviético**, enquanto comunidade humana histórica objectivamente formada, a qual existe e continuará a existir, independentemente da forma como encaramos a o facto da sua existência. É precisamente para as pessoas com mentalidade soviética, com estereótipos soviéticos de conduta política e económica que estão a ser criadas na Rússia e noutras repúblicas condições de vida fisicamente intoleráveis.

Não sejamos mais tolos do que os nossos inimigos nesta questão. «*As pessoas com mentalidade soviética não têm mais nada a fazer neste país*», confessou a estação de

² No original é usada a palavra inglesa *impeachment*, que poderá ser traduzida como impedimento, impugnação ou, neste caso, retirada do mandato de chefe do Estado. (N. Ed.)

³ Trata-se da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio. (N. Ed.)

rádio *Svoboda* ainda em 1992. «*E esta tarefa fundamental – a eliminação do povo soviético –, apesar de pudicamente não constar dos efeitos publicitados da reforma, é, em rigor, a sua tarefa mais complexa.*»⁴ Precisaremos de mais provas? É o próprio inimigo que abertamente indica o **genocídio do povo soviético** como a tarefa principal das famigeradas «*reformas*». E não se trata de todo de um *lapsos linguae* isolado. Daqui a conclusão: os líderes da oposição que até hoje não desejam usar nas suas concepções e exposições político-analíticas o conceito de povo soviético, precisamente como conceito científico, ajudam objectivamente o inimigo a mascarar os seus planos criminosos e misantrópicos.

E ainda um conceito em relação ao qual há muito que se devia deixar de considerar como um radicalismo comicieiro e encará-lo precisamente como uma definição científica da situação criada: trata-se da Terceira Guerra Mundial já aqui referida. O genocídio não caiu da Lua; e como surgiu essa chamada Federação Russa? Esta é o resultado da derrota da União Soviética na grande etapa final da guerra informativa-intelectual. No entanto, este é um resultado intermédio, uma vez que os objectivos finais do adversário geopolítico não estão alcançados, a guerra continua. Analisar o estado em que nos encontramos fora do contexto global, significa privar-nos de todo o fundamento para podermos ter qualquer influência sobre o curso dos acontecimentos.

Em contrapartida, se declararmos o país como vítima de uma agressão não provocada, e o regime governante como colaboracionista, ante nós abrem-se bastantes possibilidades que merecem toda a atenção. Quer no plano da mobilização, em que teremos a nosso favor a opinião pública mundial, o que infelizmente hoje não acontece. Quer no plano do levantamento dos problemas junto das organizações internacionais, a começar pela ONU, que foi criada, em termos gerais, como instrumento de prevenção das guerras agressivas. E também, o que é o mais importante, no plano do despertar do nosso próprio povo, desviado pelos esforços unidos da oposição da coisa mais orgânica que há para ele: **a luta contra a invasão do inimigo**, mesmo que esta tenha adquirido uma forma sofisticada e inabitual.

Estas são as considerações que queria fazer aqui, mas desejaria que não fosse preciso esperar mais um ano ou dois até que directa ou indirectamente fossem ouvidas. A esse ritmo perderemos a guerra, já que esta guerra é antes de mais intelectual. Intensifiquemos pois o processo de elaboração conjunta da nossa arma intelectual.

⁴ *Soviétskaia Rossia*, de 3 de Março de 1992, p. 4.

II

O socialismo como a mais eficaz tecnologia anticolonial do séc. XX-XXI⁵

Gostaria de falar hoje não apenas e não tanto da nossa derrota, que tem manifestamente uma escala sem precedentes históricos, mas da nossa vitória próxima, sobre a qual também é preciso falar seriamente. No entanto, falar sobre isso exige que nos munamos dos mais definidos e concretos elementos construtivos, económicos, jurídico-políticos e outros.

Uma parte significativa da oposição no nosso país não compreende em absoluto (ou não está interessada em compreender) que o socialismo na Rússia e a independência e autonomia nacional-estatal do nosso país na arena internacional são duas faces indissociáveis do mesmo problema. O imperialismo, enquanto existir no planeta, precisará sempre de novas regiões para extrair os recursos de que necessita e evacuar as suas contradições sociais, e enquanto precisar disso, encarará a Rússia (incluindo a sua última configuração histórica – a URSS) apenas como um potencial dador de recursos e, digamos assim, um recipiente para descarregar antagonismos sociais.

Em geral, não se pode nesta análise separar os chamados países capitalistas desenvolvidos dos que se encontram numa maior ou menor dependência neocolonial. Não são dois «mundos» diferentes, mas um único mundo do imperialismo contemporâneo. Na base do regime burguês está a relação despersonalizada com o trabalho vivo, visto apenas como um recurso, com a força de trabalho humana vista como um dos factores materiais de produção. Esta relação utilitária e anti-individualista com os trabalhadores (isto é, és necessário – não és necessário; não és necessário, vais para o lixo, para o monturo, és eliminado), necessariamente, num dado ponto dos limites do sistema, deverá revelar-se, vir ao de cima. É certo que a burguesia aprendeu a fazer de modo que esta marca de Caim da sua organização social se revele com toda a sua miséria não nas metrópoles, mas nos países dependentes. Mas daqui apenas decorre que estes países se tornam (ou permanecem) parte inseparável do sistema capitalista mundial.

Deste modo, para um país dependente, a questão da sua libertação nacional está indissolivelmente ligada com a questão da libertação anti-imperialista, anticapitalista, isto é, com aqueles problemas que, na sua essência, são resolvidos pela revolução socialista. I.V. Stáline, por exemplo, sublinhou várias vezes a missão nacional-libertadora específica da Revolução Socialista de Outubro para a Rússia; isto é, o facto de Outubro ter retirado a Rússia de uma situação de dependência semicolonial no início do século, na qual estava cada vez mais profunda e desesperadamente atolada.

Se virmos o socialismo sob este ponto de vista – isto é, entre outros, como uma reacção de defesa particular contra a ameaça de sujeição nacional – então a percepção de muito do seu conteúdo torna-se mais clara e racional, começando a ganhar os con-

⁵ Intervenção na mesa redonda «A derrota Geopolítica e Colonização da Rússia», realizada na Assembleia Federal da Duma do Estado da Federação Russa, Moscovo, 20 de Abril de 1998. Texto publicado no jornal *Za SSSR*, n.º 12-13 (49-50) de 1998.

tornos de uma tecnologia social de alta eficácia para garantir o desenvolvimento autônomo, independente e ao mesmo tempo não expansionista, e o florescimento dos povos e dos países.

Pode discutir-se longa e esterilmente se a sociedade socialista foi ou não construída na URSS, mas basta colocar a pergunta simples sobre se foi ou não construída no nosso país uma sociedade **anticolonial** e **anticapitalista**, para se obter uma resposta unívoca. Sim, na União Soviética, no período de Stáline, o **anticapitalismo** foi construído de forma sistemática e integral, tendo demonstrado uma altíssima eficiência e cumprido as tarefas históricas que lhe foram incumbidas: garantir a liberdade, a independência nacional estatal e desenvolvimento intenso socioeconómico dos povos que se uniram na forma estatal da URSS.

Se queremos liberdade para o nosso país, independência nacional estatal e um desenvolvimento frutuoso, então teremos de volta a pegar em todas as principais linhas deste anticapitalismo da época de Stáline; e quanto mais depressa isto for entendido e levado ao entendimento do povo, menos custos terá o nosso regresso à civilização mundial, no sentido próprio desta expressão.

O carácter do funcionamento da economia, imediatamente após a chegada ao poder das forças patrióticas, deve ser reorientado da relação com as pessoas enquanto recurso, que nas nossas condições é uma relação de genocídio assumido, para uma relação antigencídio. Ou haverá alguém que não concorde com isto?...

A economia antigencídio é uma economia que trabalha em todos os tipos de produção, em primeiro lugar, para o mercado interno, recebendo do mesmo mercado interno o alimento necessário.

No XIV Congresso do PCU(b), I.V. Stáline afirmou: «*Devemos construir a nossa economia de modo que o nosso país não se transforme num apêndice do sistema mundial capitalista, de modo que não se integre no sistema geral de desenvolvimento capitalista como uma empresa subsidiária, de modo que a nossa economia se desenvolva não como uma empresa subsidiária do capitalismo mundial, mas como uma unidade económica autónoma, apoiada, essencialmente, no mercado interno, apoiada na junção da nossa indústria com as explorações camponesas do nosso país.*»

«*Devemos envidar todas as forças para tornar o nosso país economicamente autónomo, independente, baseado no mercado interno, num país que seja um centro de atracção para todos os outros países, que gradualmente se desligarão do capitalismo e enveredarão pela curso da economia socialista. Esta linha exige o desenvolvimento máximo da nossa indústria*»⁶

É uma evidência que numa tal economia as fronteiras não podem estar escancaradas para os fluxos financeiros e de bens materiais. O que implica o monopólio estatal do comércio externo e o licenciamento rigoroso de algumas «*janelas*», digamos assim, que temporariamente seja oportuno abrir. O que implica sair do acordo de Bretton Woods, ao qual se aderiu às escondidas do povo por volta de 1992.

Todos os direitos sociais e económicos do povo, antes de mais o direito ao trabalho, devem ser devolvidos às pessoas integralmente, e não de forma mitigada (como está previsto no «*Programa da Oposição para a Saída da Crise*» – Moscovo, 1994 –, no

⁶ «*Relatório Político do Comité Central ao XIV Congresso do PCU(b)*», 18 de Dezembro de 1925, I.V. Stáline, *Obras* (em russo), Moscovo, 1952, tomo 7, pp. 298-299. (N. Ed.)

qual se baseia o programa do PCFR). Os direitos devem ser acompanhados de amplas garantias materiais por parte do Estado, como acontecia na URSS.

E isto significa, por sua vez, que não pode haver propriedade privada com dimensão importante na economia antigencídio. A oposição, a começar pelo PCFR, não pode continuar a enganar-se a si própria e a enganar os outros a este propósito. Tudo o que foi roubado deve ser renacionalizado sem quaisquer negociações e sem «*compensação de perdas*».

O que se disse não significa, no entanto, que numa economia do tipo da de Stáline não existem possibilidades de os cidadãos desenvolver livremente, individualmente ou em grupo, actividades produtivas independentes, sem carácter explorador ou parasitário. Essas possibilidades existem e todos aqueles que desejem e tenham condições para produzir algo de útil, por sua conta e risco, poderão fazê-lo.

A economia antigencídio trabalha não segundo o princípio da extracção de lucro monetário, mas segundo o princípio da redução dos custos, e desta forma segundo o princípio da redução regular dos preços de consumo de base e do aumento dos fundos de consumo social gratuito. Deste modo, «*no ventre*» da sociedade estende-se uma rede de segurança, impedindo que alguém caia no fundo.

Um país com uma tal economia, graças ao seu confinamento ao mercado interno, por princípio não precisa de expansão externa e não constitui perigo para ninguém. Pela mesma razão torna-se impenetrável a quaisquer influências hostis exteriores. Envolvido num complexo económico nacional unificado, o sistema económico forma uma espécie de anel, um anel de âncora, que se relaciona com o exterior com cortesia, mas está firmemente voltado para a sua retaguarda.

Resumindo o que atrás se disse, na economia política contemporânea e noutros ramos da ciência relacionados com esta matéria, a expressão **modelo económico de Stáline** deve ser encarada não como um papão ou um rótulo politizado, mas como um termo científico, a par dos termos «*modelo keynesiano*», «*modelo neoliberal*», etc.

Enquanto a nossa economia nacional funcionou segundo o modelo anticapitalista de Stáline, nunca receámos qualquer maquinaria das transnacionais; em grande medida porque, no plano económico, **não precisávamos de nada** do Ocidente. A total independência económica do país, como é sabido, foi alcançada logo em resultado do segundo quinquénio de Stáline. As ofertas que nos foram feitas neste domínio no período do pós-guerra foram rejeitadas. No início de 1950, quando se tornou clara a verdadeira orientação da actividade do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, o governo soviético saiu do acordo de Bretton Woods e repôs o rublo no padrão ouro.

Se tencionamos ficar no mapa do mundo como uma grande potência do século XXI, e não como um «*espaço vital*» de outros, estraçalhado em pedaços, será preciso que a parte pensante da oposição esteja inteiramente ciente da necessidade objectiva e da inevitabilidade do regresso ao esquema económico anticapitalista e anticolonial, chamem-lhe socialismo ou outra coisa qualquer.

O Comité Executivo do Congresso dos Cidadãos da URSS dispõe de trabalhos concretos e bastante abrangentes neste sentido e está disposto a apresentá-los a debate geral logo que surjam os primeiros sinais de verdadeiro interesse por parte de qualquer dos nossos aliados no movimento de esquerda.